

DES CON STRU ÇÃO



401 ATOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
(2019-2022) A SEREM REVOGADOS OU REVISADOS
PARA RECONSTITUIÇÃO DA AGENDA CLIMÁTICA
E AMBIENTAL BRASILEIRA

Realização



Uma iniciativa



Apoio



RECONSTRUÇÃO

401 atos do Poder Executivo Federal (2019 - 2022) a serem revogados ou revisados para a reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira

Sumário Executivo



Leia o relatório
completo

Equipe técnica: Natalie Unterstell, Liuca Yonaha, Ana Paula Prates, Fabio Takeshi Ishisaki, Shiguelo Watanabe, Taciana Stec, Nathália Martins, Sarah Soares e José William Menezes

Capa Laboota

.....

Citação sugerida: TALANOA, 2022 - **Reconstrução:** 401 atos do Poder Executivo Federal (2019-2022) a serem revogados ou revisados para reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira. Sumário Executivo. Instituto Talanoa, 2022. 15 pag.

.....

Aviso: O relatório completo foi publicado em 31 de outubro de 2022 e contém atos expedidos pelo governo federal até 31 de julho de 2022. Ele será atualizado regularmente até 31 de dezembro de 2022 e contabilizará todos os atos relativos ao período 2019-2022.

Sobre

A **POLÍTICA POR INTEIRO** nasceu em 2019 para realizar o acompanhamento em tempo real dos sinais políticos de mudanças relevantes anunciadas ou realizadas pelo Executivo Federal, bem como seus efeitos, em temas ligados às questões climáticas e socioambientais. De acordo com o próprio nome, a iniciativa busca olhar as políticas públicas como um todo, tanto setoriais quanto transversais, e desde a fase de formulação até a fase de revisão. Entendemos que diferentes etapas do ciclo de políticas públicas estão, em larga medida, espelhadas no Diário Oficial da União, que usamos como uma importante fonte de dados. Além disso, identificamos as tendências e avaliamos a conjuntura, de forma cumulativa, através de análise de documen-

tos, discursos e outros. Entendemos que o conhecimento das decisões políticas nacionais com impacto sobre mudança do clima e assuntos socioambientais tem valor público e pode ajudar a sociedade civil, o setor privado e os próprios governos a alinharem comportamentos com o Acordo de Paris. Por isso, toda informação que produzimos é pública e gratuita.

A **POLÍTICA POR INTEIRO** é uma iniciativa do **Instituto Talanoa**, organização brasileira, apartidária e independente, que tem por finalidades melhorar a eficácia, a eficiência e a efetividade das políticas públicas nacionais. Baseado no Rio de Janeiro, o Instituto se dedica às políticas públicas principalmente no campo da mudança do clima e meio ambiente.

Agradecimentos

A todos os profissionais que apoiaram a avaliação de atos de governo desde 2019 até 2022. A todos os membros do Painel de Especialistas da POLÍTICA POR INTEIRO, que se dedicaram a avaliações mensais de conjuntura desde setembro de 2020. Aos parceiros do Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT), do Observatório do Clima (OC) e da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC). Aos apoiadores, sem os quais não teríamos construído a mais completa base de atos públicos na seara climática e socioambiental jamais classificada no Brasil.



Sumário Executivo

Era março de 2019. Em um jantar em Washington, o presidente Jair Bolsonaro resumiu o que seriam seus quatro anos no governo: **“Nós temos de desconstruir muita coisa, de desfazer muita coisa para depois recomeçarmos a fazer”**. A desconstrução já havia sido iniciada em janeiro daquele ano: ao alcance da caneta de Bolsonaro, atos infr legais deflagraram reformas institucionais de amplo efeito. A seara climática e ambiental foi um dos alvos prioritários da desconstrução, para usar o termo escolhido pelo presidente, porque nela se camuflaram batalhas ideológicas.

Em 40 meses de governo Bolsonaro, foram publicados mais de 140 mil

atos com interface às políticas ambiental e climática. Desse universo, aplicando-se metodologia e tipologia próprias desenvolvidas pela POLÍTICA POR INTEIRO, identificamos 2.189 atos infr legais relevantes para as políticas climáticas e socioambientais no Diário Oficial da União (DOU). E, dentre essas normas, 855 contribuíram para o processo de desconstrução (**Figura 1**). Desse estoque, concluímos que 401 atos requerem ações imediatas, entre revogações e revisões. Esse total contém medidas expedidas tanto em nível presidencial quanto ministerial, oriundas de diversas pastas e não somente a ambiental. Por exemplo, 48 atos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

DIAGNÓSTICO

Base de Atos do Executivo

144.772 atos

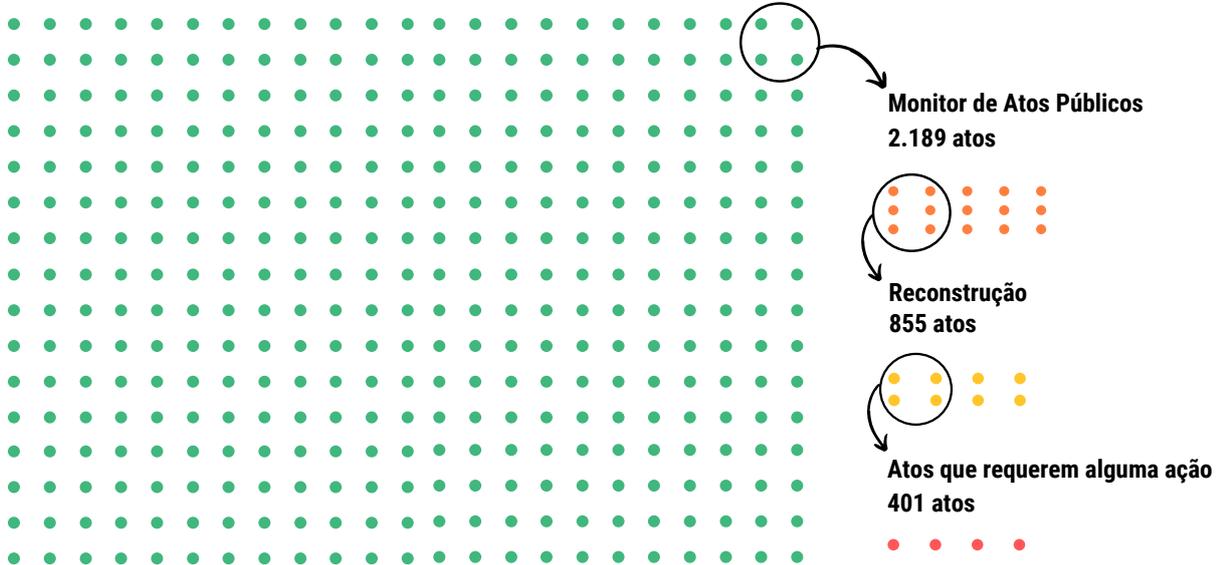


Figura 1. O processo de seleção dos atos do Executivo para a Reconstrução.

Fonte: Política por Inteiro.

A análise minuciosa desses atos, junto de discursos oficiais, apontou a emergência de sinais e orientações padronizadas do governo de Jair Bolsonaro em relação à agenda socioambiental e climática. O documento **Reconstrução: 401 atos do Poder Executivo Federal (2019-2022) a serem revogados ou revisados para reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira** sintetiza o primeiro ciclo de quatro anos de gestão federal monitorado pela POLÍTICA POR INTEIRO. A elaboração deste trabalho também possibilitou uma reflexão sobre a metodologia inédita estabelecida para classificar as políticas climáticas e socioambientais no Brasil. Entender as

movimentações do Governo Federal captadas diariamente desde 1º de janeiro de 2019, por meio de algoritmo exclusivamente desenvolvido para esse fim e curadoria humana, permitiu compreender a dinâmica do Método da Desconstrução. E, então, propor o Método da Reconstrução, que perpassa diversos setores econômicos e áreas de políticas públicas.

Além do que foi desconstruído, este trabalho permitiu observar o que se manteve de pé. Algumas políticas não foram completamente desmontadas porque se calcam em leis e, por isso, não estavam expostas ao sabor da vontade do Executivo da ocasião. Além disso, a configuração de

forças do Parlamento em 2019 e 2020 permitiu frear pautas-bomba enviadas pelo Governo. Porém, nos dois últimos anos, essa realidade se alterou, principalmente na Câmara, fazendo com que a agenda de desconstrução avançasse também por

meio de propostas legislativas. A expectativa é que, mesmo com uma alternância na Presidência da República, o interesse em avançar com agendas anti-ambientais prossiga na Câmara e no Senado Federal.

MÉTODO DA DESCONSTRUÇÃO

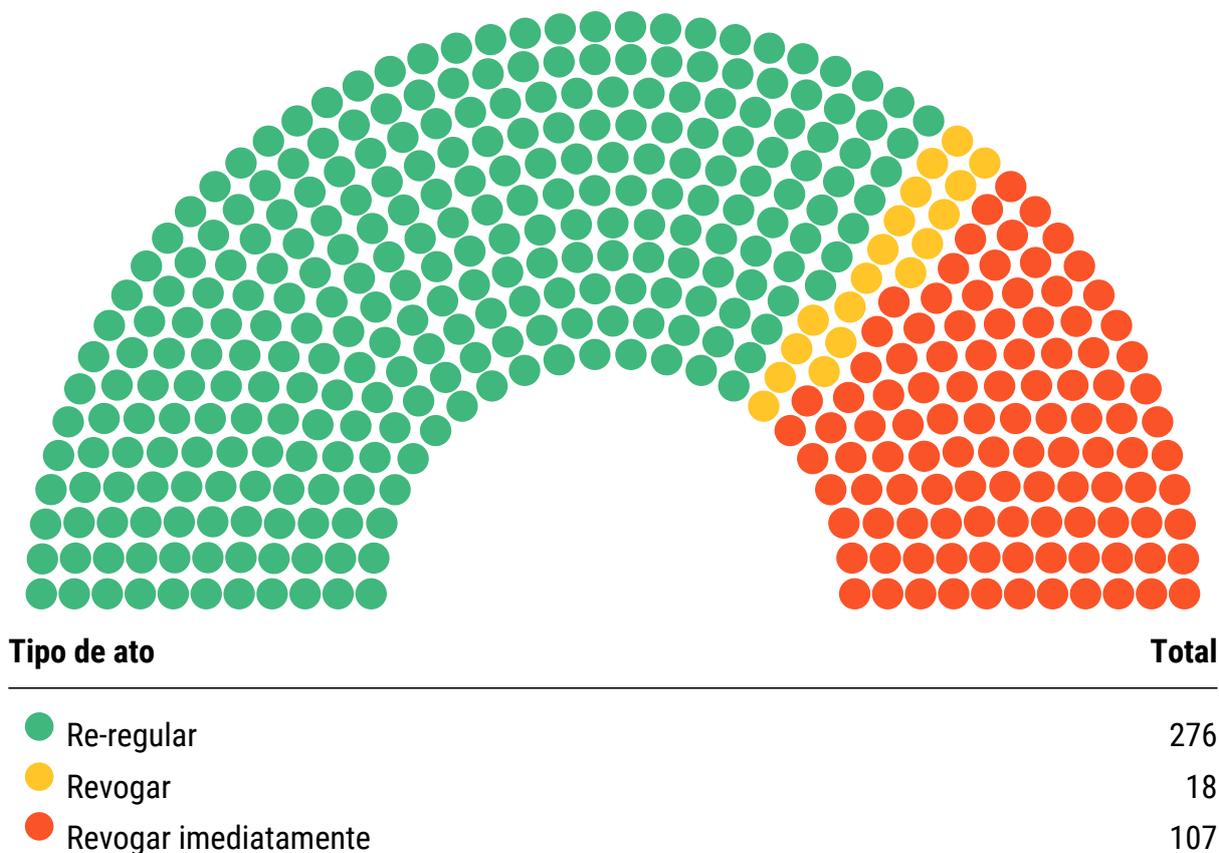


Figura 2. Distribuição dos atos por ação.
Fonte: Política por Inteiro.

Também se dará no Congresso Nacional parte da batalha por recursos para permitir a implementação dos compromissos climáticos do Brasil. Contrapondo a atual pouca expressão, desorganização e falta de transparência dos gastos públi-

cos na agenda climática, defendemos o estabelecimento de um "orçamento climático" na formulação do planejamento de médio prazo do Plano Plurianual de 2024-2027, a ser votado em 2023 pelo Congresso. Dessa forma, as mitigações

de emissões de gases de efeito estufa e medidas de adaptação às mudanças climáticas poderão ser inseridas de maneira transversal nas políticas públicas, em áreas como agropecuária, energia, mobilidade urbana e resíduos sólidos.

Ou seja, a Reconstrução passará não apenas pelo Palácio do Planalto, mas também deverá contar com atuação no Congresso. E ainda com a proteção constitucional do Judiciário, acionado por diversas vezes nos últimos tempos para assegurar que o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” é um direito fundamental em nossa Carta Magna.

O processo de Reconstrução deve trazer de volta credibilidade ao Brasil, o que significa reconstituir nossa capacidade de atrair recursos internacionais e estabelecer parcerias comerciais e

econômicas benéficas para nossa sociedade. O desmonte das políticas climáticas e socioambientais se inseriu num contexto de erosão da democracia brasileira. E a Reconstrução dela passa por recolocar o Brasil no caminho para se fazer potência verde, envolvendo Poder Público, setor privado e sociedade civil, numa frente ampla movida por um propósito comum, com benefícios compartilhados e justos.



A aplicação do método da desconstrução e um roteiro para a reconstrução

No documento Reconstrução, narramos a aplicação do Método da Desconstrução nas políticas públicas em diferentes setores relacionados ao clima e ao meio ambiente. Para cada tema, mostramos como os atos infralegais foram se acumulando e conduzindo o processo

de desmonte. E apontamos caminhos para reconstituição do que foi destruído e avanços nas agendas. Abaixo, um quadro resumocomosMétodosdaDesconstrução, da Reconstrução e respectivas normas de referência. No estudo na íntegra, está disponível a lista completa de todos os atos.

Métodos		
Desconstrução	Reconstrução	Normas de Referência
Políticas decididas a portas fechadas	Restaurar a participação e o controle social	Decreto 9.759/2019, Decreto 9.812/2019, Decreto 10.845/2021, Decreto 10.736/2021, Portaria 630/2019, Decreto 10.140/2019, entre outras portarias que recriaram os colegiados.
Cupinização institucional	Descupinização institucional	MP 870 convertida na Lei no 13.844, de 18 de junho de 2019, Decreto 9.672/2019, Decreto 9.660/2019, Regimentos atuais
Redução do acesso à informação - Um governo opaco	Aumentar transparência pública	Resolução CONABIO 8/2021, Revisações e Revogações listados no Anexo II
Ataques a indígenas e seus aliados	Retomar garantia dos direitos indígenas	Instrução normativa 9 de 16 de abril de 2020; Portaria Funai 471/2022; Instrução normativa conjunta 1/2021; Resolução 4/2021; Portaria 17/2019; Medida provisória 1.121/2022
Uso da Força Nacional de Segurança Pública de maneira permanente	Instituir estratégia de gestão de conflitos socioambientais	Portarias de emprego e prorrogação da FNSP listadas no Anexo II
Militarização como resposta	Evitar colapso socioambiental da Amazônia	Decreto Federal 10.341/2020; Portaria 1.804/GM-MD/2020; Portaria 2.138/GM-DM/2020; Decreto 10.421/2020; Resolução 2/2021; Resolução 3/2021; Decreto 10.735/2021; Resolução CONAVEG 5/2020; Portaria 9/2021; Resolução 2/2021; Resolução 12/2022; Portaria MMA 191/2022
Aceitação e incentivo às ilegalidades, com discursos e flexibilização das normas	Fortalecer ações de comando e controle	Decreto Federal 9.760/2019, Instrução Normativa MMA/IBAMA/ICMBio 01/2021, Decreto Federal 11.080/2022

Métodos		
Desconstrução	Reconstrução	Normas de Referência
Enfraquecimento dos instrumentos de licenciamento ambiental	Aperfeiçoar licenciamento ambiental	Portaria 667/2022, Resolução 20/2021, Resolução 19/2021, Decreto Federal 10.657/2021, Instrução Normativa IBAMA 8/2019, Instrução Normativa Conjunta 01/2021, Portaria 01/2022
Estímulo à invasão de terras públicas	Eliminar grilagem de terras públicas e consolidar informações fundiárias	Decreto 10.592/2020; Portaria 440/2021; Portaria conjunta 1/2020; Instrução normativa 105/2021
Paralisação da implementação do Código Florestal	Acelerar regularização ambiental das propriedades privadas	Decreto 11.015/2022; Medida Provisória 884/2019; Portaria 2.866/2019; Portaria Interministerial 1/2020; Instrução Normativa Conjunta 1.968/2020; Portaria MAPA 121/2021; Resolução 8/2019
Centralização da governança e burocratização com paralisação de instrumentos financeiros	Retomar implementação da Política Nacional de Mudança do Clima	Decreto 10.145/2019; Decreto 10.845/2021; Decreto 10.846/2021; Resolução CDSA/MAPA 1/2021, Resolução CDSA/MAPA 2/2021; Resolução CDSA/MAPA 3/2021; Resolução CDSA/MAPA 4/2021; Resolução 2/2021; Resolução 3/2021; Resolução 4/2021; Decreto 11.075/2022
Eliminação do controle social e desqualificação do BNDES	Reativar fundos climáticos e alocar recursos estrategicamente	Decreto 10.224/2020, Portaria MMA 191/2022, Portaria 288/2020, Portaria MMA 575/2020, Portaria 353/2020, Decreto 9.759/2019
Obstrução das negociações legislativas e publicação de decretos diversionistas	Regular o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões	Decreto 11.075/2022
Paralisação da agenda, pedalação climática e rebaixamento do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima	Recuperar credibilidade e implementar a NDC Brasileira	Decreto 10.846/2021
Enfraquecimento da gestão das Unidades de Conservação	Rever programas inadequados e inefetivos de gestão das unidades de conservação	Portaria 102/2020 e as Portarias seguintes de criação dos NGIs e seus respectivos regimentos, Decreto 10.623/2021, Portaria MMA 73/2021, Portaria MMA 472/2021

Métodos		
Desconstrução	Reconstrução	Normas de Referência
Biodiversidade - Processos ineficientes de concessão	Avaliar concessões de áreas protegidas e realizar parcerias mais sólidas com o setor privado	Decreto 10.147/2019; Decreto 10.331/2020; Resolução 79/2019; Resolução 157/2020; Decreto 10.673/2021; Decreto 10.676/2021; Decreto 10.734/2021
Enfraquecimento das instâncias de conservação da biodiversidade	Fortalecer conservação de espécies ameaçadas	Portaria 148/2022, Retificação da Instrução Normativa 21/2018; Portarias de aprovação dos PANs; Portaria 500/2019, IN 12/2019
Pagamento por Serviços Ambientais - Paralisação da regulamentação e programas inócuos	Regulamentar a Lei do PSA e rever projetos relacionados	Lei Federal 14.119/2021, Portaria 288/2020
Racismo estrutural e institucional	Combater o racismo ambiental	Instrução Normativa Incra 111/2021; Portaria 118/2021; Portaria 57/2022; Decreto 10.458/2020
Oceano - Concentração de governança e negligência da agenda	Integrar agendas de oceano e clima	Decreto 9.858/2019, Portaria 226/MB/2020, Portaria 235/MB/2020, Decreto 10.950/2022, Portaria SAP/MAPA 115/2021, Decreto 10.946/2022
Ampliação do prazo para retirada de subsídios e garantia de contratação de energia firme termelétrica	Antecipar transição justa do carvão mineral sem novos estímulos e subsídios	Portaria 461/2020, Portaria 452/2020, Portaria 540/GM/MME/2021, Lei 14.299/2022
Deslocamento da política nuclear para a tutela militar	Devolver energia nuclear à competência da pasta de Minas e Energia	Decreto 9.828/2019 e as demais Portarias e Instruções relacionadas
Inserção de jabutis na MP que privatizou a Eletrobras e garantia de contratação de energia firme	Amenizar efeitos deletérios de normas embutidas na privatização da Eletrobras	Lei 14.182/2021; Decreto 11.042/2022; Portaria Normativa 46/GM/MME/2022
Criação de termos atécnicos para aprovar medidas cuja licença social é questionada	Eliminar poços de "fracking"	Resolução CNPE 28/2021; Decreto 10.336/2020; Portaria 634/GM/MME/2022; Resolução 28/2021
Agir reativamente a emergências e calamidades, flexibilizando o acesso a recursos do orçamento sem transparência	Adotar política preventiva de desastres e gestão de riscos climáticos	Decreto 10.593/2020; Portaria 260/2022; Portaria 3.033/2020; Portaria 773/2021

Métodos		
Desconstrução	Reconstrução	Normas de Referência
Colocar o agro sempre em oposição ao meio ambiente	Adotar política robusta de transição da agropecuária para carbono-zero	Decreto 10.593/2020; Portaria 260/2022; Portaria 3.033/2020; Portaria 773/2021
Facilitação de produção, comércio e utilização de produtos agrotóxicos e afins	Adequar critérios de liberação de agrotóxicos aos mais avançados padrões internacionais	Instrução Normativa 34/2019; Decreto 10.833/2021; Ato 42/2020; Portaria 2.848/2020; Portaria 43/2020; Portaria 3.910/2019
Omissão sobre temas imprescindíveis das agendas climática e socioambiental	Preencher vazios normativos	----

TALANOIA
políticas climáticas

 **política
por inteiro**



www.institutotalanoa.org

www.politicaporinteiro.org



[@talanoareal](https://twitter.com/talanoareal)

[@politicaporinteiro](https://twitter.com/politicaporinteiro)



[@institutotalanoa](https://www.instagram.com/institutotalanoa)

[@politicaporinteiro](https://www.instagram.com/politicaporinteiro)



[@italanoa](https://www.linkedin.com/company/italanoa)

[@politica-por-inteiro](https://www.linkedin.com/company/politica-por-inteiro)

Email: contato@institutotalanoa.org | contato@politicaporinteiro.org

Instituto Talanoa: Rua Lauro Müller, 116 - 32º andar - Botafogo, Rio de Janeiro - RJ Brasil - 22290-160

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade da Política Por Inteiro.



Saiba mais

Monitor de Atos:

<https://www.politicaporinteiro.org/>

Pesca por Inteiro:

https://www.politicaporinteiro.org/wp-content/uploads/2021/06/Pesca-Por-Inteiro_VF12.pdf

Amazônia por Inteiro:

https://www.politicaporinteiro.org/wp-content/uploads/2021/08/Amazonia-Por-Inteiro_V10-site.pdf

NDC:

https://www.politicaporinteiro.org/wp-content/uploads/2022/04/Analise-NDC-2022_Vo.pdf

Linhas do Tempo:

<https://www.politicaporinteiro.org/publicacoes/linhas-do-tempo-tematica/indigenas/>

Fiscalização:

<https://www.politicaporinteiro.org/publicacoes/linhas-do-tempo-tematica/fiscalizacao/>

Clima:

<https://www.politicaporinteiro.org/publicacoes/linhas-do-tempo-tematica/clima/>

Plano de 10 Pontos para Descarbonização do Brasil:

<https://clima2030.org/publicacoes/>